

Recomendação

Pelo reforço na prevenção e no combate face aos efeitos das alterações climáticas

As últimas semanas foram marcadas por fortes e devastadoras intempéries no nosso território. Torres Vedras foi um dos concelhos que mais sofreu com as consequências das tempestades, com impactos devastadores nas nossas vias de comunicação, habitações e redes de saneamento básico e elétrica.

Devido aos efeitos das alterações climáticas, estes tipos de fenómenos naturais extremos vão ser cada vez mais regulares e imprevisíveis, tornando-se imprescindível um maior foco na prevenção e combate às catástrofes naturais. Apesar da dificuldade em prever estes fenómenos naturais, a prevenção de fenómenos naturais extremos, como tempestades, cheias, secas, ondas de calor e incêndios florestais, torna-se fundamental na redução de possíveis prejuízos económicos, ambientais e humanos.

A nível europeu, a Comissão Europeia defende que a prevenção e o combate aos efeitos das alterações climáticas devem conjugar medidas de mitigação e estratégias de adaptação que reforcem a preparação das populações para fenómenos naturais extremos, como os recentemente vividos no nosso país. Nesse sentido, a Comissão Europeia incentiva ao desenvolvimento de planos de emergência, sistemas de alerta precoce e a criação de kits de emergência para as famílias. Estes kits de emergência devem conter estojos de primeiros socorros, com pensos, ligaduras, compressas, fita adesiva, tesoura, pinça, alfinetes de segurança, analgésicos e desinfetantes, medicação essencial, alimentos não perecíveis, água engarrafada, dinheiro em numerário, carregador de telemóvel e *powerbank*, lanternas e um rádio a pilhas com pilhas de reserva, fósforos ou isqueiro e velas, canivete suíço, apito para chamar a atenção em caso de emergência, manta térmica, cobertor e roupa quente, artigos de higiene pessoal, óculos suplentes, ração para os animais de estimação, uma *checklist* de evacuação e uma lista telefónica com contactos importantes.

Adicionalmente, por iniciativa do município, foi desenvolvido um instrumento que define o quadro atuação municipal no âmbito das alterações climáticas, o Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras (PMAC), de acordo com a Lei de Bases

do Clima, Decreto-Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Torres Vedras.

Entre outros pontos, o PMAC de Torres Vedras compromete-se a “Aumentar a resiliência climática do território concelhio, sobretudo face a eventos extremos de precipitação, secas e eventos extremos de calor”, “Divulgar amplamente o Pacto de Ação Climática de Torres Vedras junto das partes interessadas locais por forma a ampliar o ecossistema de colaboração e de troca de boas práticas”, “Comunicar ativamente o Pacto de Ação Climática de Torres Vedras para aumentar a consciência, a aceitação e a mobilização de todas as partes interessadas” e a “Divulgar e promover informação, capacitação e formação sobre alterações climáticas dentro do município e junto das restantes partes interessadas”.

Desta forma, face à gravidade dos efeitos das recentes intempéries no país e concelho, e ao enquadramento estratégico assumido por iniciativa do Município, a presente recomendação tem como foco reforçar a capacidade de prevenção, preparação e resposta do concelho de Torres Vedras perante os vários tipos de fenómenos climáticos extremos. Seguindo as indicações europeias, a Lei de Bases do Clima, e os próprios instrumentos municipais em vigor, como o mencionado Plano Municipal de Ação Climática de Torres Vedras, deve-se tentar promover uma maior resiliência coletiva, transformando alguns dos compromissos estratégicos assumidos em medidas concretas e operacionais que reforcem a segurança e melhorem informação e a preparação coletiva para enfrentar os desafios colocados pelas alterações climáticas, de forma eficaz e solidária.

Assim, no âmbito das atribuições do Município e competências da Câmara Municipal, na prevenção, combate e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, e cumprindo com os dispostos legais nacionais e europeias, o Grupo do Partido Socialista propõe que na reunião ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 24 de fevereiro de 2026, se delibere recomendar à Câmara Municipal de Torres Vedras:

1. Distribuição de kits de emergência a famílias carenciadas referenciadas pelo município, de acordo com as recomendações da Comissão Europeia;
2. Continuar a cumprir com os compromissos propostos no Plano de Ação Climática de Torres Vedras;

3. Realização de campanhas de sensibilização ambiental e educação climática, como workshops e programas educativos em escolas e à comunidade;
4. Desenvolvimento de planos de contingência climática específicos, com a implementação de medidas de mitigação e respostas, adaptado a cada freguesia e com o envolvimento da comunidade e das associações ambientais torrienses;
5. Criação de um fundo municipal de emergência climática, de forma a salvaguardar os munícipes e o município perante os prejuízos causados por estes tipos de fenómenos naturais extremos.